

Conservadorismo e ressentimento: duas fontes do antipetismo

Jakson Alves de Aquino¹

INTRODUÇÃO

A preferência partidária no Brasil é baixa e, em parte, isso se deve ao elevado número de partidos criados sem consistência ideológica e com objetivo principal de aumentar as chances eleitorais de políticos insatisfeitos no partido em que se encontram. Sem uma ideologia clara, os partidos pouco facilitam a tarefa de escolha de candidatos por parte dos eleitores.

O Partido dos Trabalhadores (PT), possivelmente por ter uma ideologia de esquerda mais bem delineada

¹Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará (1997), mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (2000) e doutorado em Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008).

e cultivada na fala de seus integrantes e, ainda, por não ser uma esquerda radical, situando-se próximo ao centro do espectro ideológico, nas últimas décadas, tem sido o partido que sustenta as maiores taxas de preferência entre os eleitores. Porém, atualmente, o PT é, também, o partido mais rejeitado pelo eleitorado. Estou considerando antipetistas aqueles eleitores que rejeitam o PT, independente de terem ou não preferência por algum outro partido.

Avaliar de modo negativo um partido é qualitativamente diferente de não ter preferência por ele (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2016). Quando apenas não tem preferência por um partido, o eleitor pode, eventualmente, votar no partido, por exemplo, no segundo turno. Quando a rejeição é particularmente intensa, a tendência do eleitor é escolher qualquer partido que não seja o rejeitado.

Nas próximas seções deste capítulo, faço uma breve revisão da literatura sobre como o antagonismo entre PT e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) se converteu em antipetismo, caracterizo o antipetismo em dois tipos e trago evidências dos dados do Barômetro das Américas, de 2017, para testar algumas das hipóteses apresentadas.²

1. Do antagonismo entre PT e PSDB ao antipetismo

O antipetismo tem origem no antagonismo entre PT e PSDB nas disputas pela Presidência da República.

O PT foi fundado em 1980, como resultado dos movimentos sindicais dos grandes centros urbanos que lutavam contra o arrocho salarial do final da ditadura militar e dos movimentos sociais ligados à Igreja Católica que lutavam por uma sociedade mais justa, com o apoio de diversos intelectuais de esquerda (TERRON; SOARES, 2010; FREITAS, 2018). Originalmente um partido de massas que se apresentava como oposição aos partidos representantes da burguesia, o PT foi, progressivamente, tornando-se mais pragmático e fazendo alianças com partidos de centro e de direita (FREITAS, 2018).

O PSDB surgiu como uma dissidência do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), com um discurso social democrata. Na eleição presidencial de 1989, o candidato do PSDB, Mário Covas, ficou em quarto lugar no primeiro turno, com apenas 11,5% dos votos válidos. Os candidatos protagonistas nessa eleição foram Fernando Collor de Mello, Luiz Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola. Nesse período, havia uma relativa proximidade entre os parlamentares do PT e os do PSDB (FREITAS, 2018). Entretanto, o PSDB nunca esteve ideologicamente à esquerda do PMDB. Pelo contrário, logo se aliou com o Partido da Frente Liberal (PFL) e sempre defendeu políticas como a privatização de estatais e a redução do tamanho do Estado, o que leva alguns autores a interpretarem que a verdadeira motivação para a criação do novo partido foi a falta de espaço sentida por alguns políticos no interior do PMDB (FREITAS, 2018).

Na campanha eleitoral de 1994, segundo Freitas (2018), o Plano Real foi o único tema sobre o qual houve claro antagonismo entre PT e PSDB. Esse teria sido o primeiro momento de antagonismo entre os dois partidos. No discurso do PSDB, o controle da inflação obtido pelo Plano Real seria duradouro e representaria uma melhora imediata das condições de vida da população mais pobre, que tinha parte de seus rendimentos corroída mensalmente pela elevada inflação. Com a inflação baixa, a previsibilidade da economia seria maior, criando um ambiente propício para o crescimento econômico, e os eleitores deveriam votar no PSDB para garantir a manutenção do Plano Real. O PT, por sua vez, tinha um discurso ambíguo. Por vezes, argumentava que o Plano Real não se sustentaria por muito tempo, sendo apenas uma estratégia eleitoreira, algo insuficiente para uma substancial melhoria das condições de vida da população brasileira. Entretanto, por vezes, o PT defendia ser necessário manter e aprimorar o Plano Real (FREITAS, 2018). Lula, inicialmente, estava à frente nas pesquisas, mas o controle efetivo da inflação obtido com o Plano Real garantiu a vitória de Fernando Henrique Cardoso (FHC) em 1994 (FREITAS, 2018).

Em 2002, Lula foi eleito com grande apoio da classe média e operária dos grandes centros urbanos, mas, em decorrência das políticas sociais, na eleição presidencial de 2006, sua votação já estava concentrada nos eleitores de baixa renda, baixa escolaridade e do interior do país (BORGES; VIDIGAL, 2018; OKADO; RIBEIRO; LAZARE, 2018). Em 2006, os votos recebidos

por Lula como candidato à reeleição estiveram pouco correlacionados com os votos recebidos pelo PT para outros cargos. O Programa Bolsa Família melhorou a votação de Lula, mas não a dos demais candidatos do PT (TERRON; SOARES, 2010). Portanto, em 2006, ocorreu um realinhamento eleitoral e começou a se delinear o perfil do eleitor antipetista.

Nas eleições de 2010, ter sido beneficiário do Programa Bolsa Família não influenciou o voto quando essa variável era controlada por percepção de mobilidade social ascendente:

Ter votado em Lula nas eleições de 2006, identificar-se com o PT, avaliar positivamente o governo Lula e ter experimentado alguma forma de mobilidade social ascendente aumentam a probabilidade de votar em Dilma. Por outro lado, ser evangélico, partidário do PSDB e ser branco aumentam a probabilidade de votar em Serra. A renda não tem qualquer efeito, assim como a escolaridade (PEIXOTO; RENNÓ, 2011, p. 319).

Na interpretação de Peixoto e Rennó (2011), esses resultados significam que a classe social não foi relevante na definição do voto dos eleitores em 2010. Uma forma alternativa de interpretar os resultados é que a percepção de mobilidade social ascendente seria o mecanismo específico pelo qual a classe social se mostrou relevante, pois essa visão foi maior entre os membros das classes sociais mais baixas.

Utilizando dados do Estudo de Paine! Eleitoral Brasileiro, que aplicou questionários a uma mesma amostra de eleitores em três momentos – abril, se-

tembro e novembro de 2010 –, Rennó e Ames (2014) concluíram que o Programa Bolsa Família e a avaliação positiva do governo Lula contribuíram para a eleição de Dilma Rousseff e que a percepção de corrupção foi um obstáculo importante para sua eleição.

Vale observar que já em 2010 se percebiam os primeiros sinais de que a estratégia de tentar enfraquecer o PT com o discurso de combate à corrupção também atingia o PSDB, pois os antipetistas eram significativamente propensos a não votar no PSDB (BORGES; VIDIGAL, 2018). O antipetismo, portanto, não estava resultando em preferência eleitoral pelo partido que na época era o principal antagonista do PT. Em 2006 e em 2014, devido à intensidade das denúncias de corrupção envolvendo os dirigentes do PT, a preferência manifestada pelos brasileiros por algum partido político foi menor do que em 2002 e em 2010: a preferência pelo PT caiu nesses anos e nenhum outro partido se beneficiou consideravelmente dessa queda (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2016; OKADO; RIBEIRO; LAZARE, 2018).

Tipicamente, o eleitor brasileiro mediano considera que o mau andamento da economia se deve ao excesso de desvio de verbas por políticos, sendo, portanto, especialmente sensível a denúncias de corrupção em períodos de baixo crescimento econômico e aumento do desemprego. Nessas circunstâncias, a insistente apresentação de casos de corrupção nos meios de comunicação de massa tem contribuído para os cidadãos verem o sistema político como “o

reino da falsificação e do prebendalismo” (TELLES, 2016, p. 113).

As atitudes de lideranças do PSDB após as eleições de 2014 também contribuíram para aumentar a desconfiança dos cidadãos em relação ao sistema político. Em entrevista, o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) admitiu que seu partido cometeu erros graves após as eleições: questionou os resultados eleitorais mesmo sabendo que a urna eletrônica é segura, votou no Congresso Nacional contra princípios econômicos básicos do próprio partido para prejudicar o governo de Dilma e integrou o governo de Michel Temer.³

Telles (2016, p. 115) já alertava que a frustração dos cidadãos com os partidos políticos representava considerável risco de vitória eleitoral de uma liderança populista:

O antipartidarismo reativo e o desagrado com o funcionamento das instituições podem motivar o surgimento de políticos *outsiders*, que são candidatos com estilos e discursos antipartidários, que aspiram à presidência e que participam nas eleições sem o apoio de um importante partido nacional em que tenham desenvolvido suas carreiras políticas fora dos tradicionais canais partidários.

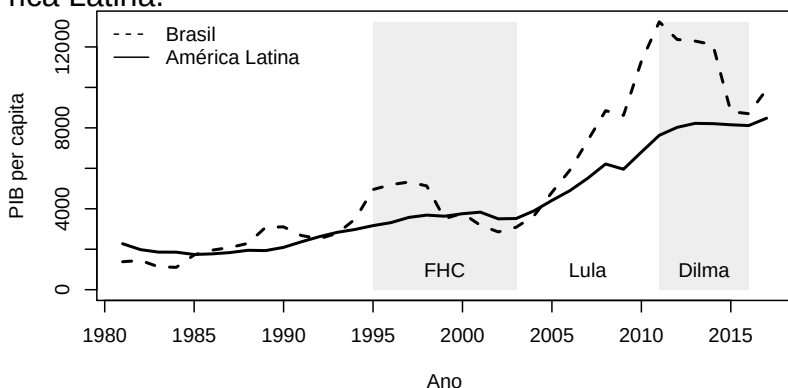
Em 2016, o sentimento antipetista criou condições favoráveis para o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e, em 2018, o antipetismo teve sua maior vitória: a derrota do PT na eleição presidencial.

2. Corrupção e crescimento econômico

Ainda hoje, simpatizantes do PSDB frequentemente argumentam que Lula se limitou a manter a política econômica de FHC e que os bons resultados que Lula obteve na economia se devem à sorte de governar em um período de aumento do preço das commodities.

Considerando a semelhança entre a economia brasileira e a dos demais países da América Latina, se Lula tiver sido apenas um presidente com sorte, o crescimento da economia brasileira em seu governo não deveria ser maior do que o dos demais países latinoamericanos. Para verificar se foi isso o que ocorreu, utilizei dados do Fundo Monetário Internacional – *World Economic Outlook* (FMI, 2018) – para produzir um gráfico comparando o crescimento do produto interno bruto (PIB) per capita do Brasil com o do restante da América Latina.⁴

Figura 1. Comparação do PIB per capita: Brasil x América Latina.



Fonte: Elaborada pelo autor.

O que se percebe na Figura 1 é:

- O crescimento do PIB no segundo mandato de FHC foi menor do que o da América Latina. Pior do que isso, ao final de seu segundo mandato, o PIB per capita brasileiro estava abaixo da média dos demais países latinoamericanos.
- O PIB per capita brasileiro cresceu mais do que a média do PIB per capita dos demais países latino-americanos nos mandatos de Lula.
- O crescimento do PIB per capita brasileiro em comparação ao da América Latina ocorrido nos mandatos de Lula foi quase totalmente revertido nos mandatos de Dilma.

Como, então, argumentar que FHC arrumou tão bem a economia do país se o Brasil cresceu menos do que a América Latina em seu segundo mandato? Como argumentar que Lula apenas deu continuidade à política econômica de FHC se somente Lula obteve continuamente crescimento econômico acima da média da América Latina durante os oito anos de seu governo? A provável resposta a esses questionamentos é que a política redistributiva implementada por Lula aumentou o poder de consumo dos trabalhadores, incrementando o mercado interno e, conseqüentemente, favorecendo o crescimento da economia.

A crença de que o PT destruiu a economia brasileira com sua corrupção não é consistente diante dos fatos narrados pelos próprios antipetistas: a economia

brasileira teve seu maior crescimento nas últimas décadas justamente quando o país era governado por Lula, acusado pelos antipetistas de comandar o maior esquema de corrupção da história brasileira. Se o ódio ao PT fosse motivado por corrupção, políticos flagrados com malas de dinheiro e com contas milionárias no exterior seriam os mais odiados do Brasil. Não é isso o que ocorre, portanto, não parece ser no discurso dos antipetistas que encontraremos algumas de suas verdadeiras motivações para odiarem o PT.

3. Conservadorismo e ressentimento

Entre os simpatizantes do PT há maior proporção de pessoas do sexo masculino e com baixa escolaridade e menor proporção de jovens (OKADO; RIBEIRO; LAZARE, 2018). Os eleitores antipetistas são predominantemente brancos e apresentam escolaridade e renda acima da média brasileira (PAIVA; KRAUSE; LAMEIRÃO, 2016).

Por que brancos com escolaridade alta e renda acima da média tendem a ser antipetistas? E por que alguns brasileiros com baixa escolaridade, não brancos e com renda abaixo da média também são antipetistas?

Uma primeira hipótese é:

- Há pelo menos duas motivações distintas que alimentam o antipetismo: o conservadorismo nos costumes e o ressentimento pela perda de privilégios.

3.1 Conservadorismo

Apesar da grande participação da Igreja Católica na origem do PT, historicamente, esse partido tem assumido um posicionamento progressista em temas como aborto e diversidade de orientações sexuais. Assim, um tipo de eleitor antipetista é constituído por conservadores nos costumes, entre eles os evangélicos, que, desde as eleições de 2010, já apresentavam menor probabilidade de votar no PT (PEIXOTO; RENNÓ, 2011, p. 323).

Esta seria uma segunda hipótese:

- Entre os cidadãos com renda abaixo da média, que têm sido beneficiados pelas políticas sociais do PT, a principal fonte de rejeição ao partido seria o conservadorismo nos costumes.

Eis uma motivação menos problemática, porque alguns conservadores afirmam explicitamente que consideram o PT um partido contrário aos princípios do que eles consideram ser a família cristã.

3.2 O ressentimento e sua origem

Por ser o PT considerado de esquerda, originário do movimento sindical operário, espera-se que o eleitor antipetista tenha claro perfil ideológico de direita. Entretanto, não é isso o que ocorre.

Analisando dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), de 2014, Ribeiro, Carreirão e Borba (2016) concluíram que petistas e antipetistas consideram

igualmente que a democracia é a melhor forma de governo (em qualquer circunstância). Ou seja, não há diferença significativa entre petistas e antipetistas quando perguntados de modo abstrato sobre democracia. Apesar do antipetismo ter sido gestado no antagonismo entre PT e PSDB, em 2014, boa parte dos antipetistas era neutra em relação ao PSDB (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2016, p. 630) e também não havia diferença significativa entre petistas e antipetistas quanto a vários temas importantes:

Quando verificamos os correlatos atitudinais dos sentimentos partidários em relação a esses partidos, observa-se que o cenário de indiferenciação atitudinal, que vinha se afirmando desde 2002, continua crescendo em 2014 em relação às variáveis em análise (igualitarismo, estatismo, adesão à democracia e preferência pela democracia). Vale dizer, não há diferenças significativas entre as atitudes dos eleitores antipetistas (seja qual for sua avaliação referente ao PSDB) e as atitudes dos demais eleitores.

Samuels e Zucco (2018, p. 63), analisando dados do Estudo de Painel Eleitoral Brasileiro (EPEB), de 2014, perceberam que petistas e antipetistas manifestam a mesma opinião quando lhes são feitas perguntas abstratas sobre desigualdade e Borges e Vidigal (2018, p. 70) também encontraram pouca diferença ideológica entre petistas e antipetistas:

Curiosamente, em todos os anos, as médias dos antipetistas independentes são mais baixas do que as médias atribuídas aos tucanos. Isso quer dizer que o primeiro grupo adota posições mais à esquerda do que os eleitores simpatizantes do PSDB.

A divergência de opinião entre os dois grupos é, entretanto, significativa para várias políticas redistributivas implementadas pelos governos do PT, principalmente em relação ao Programa Bolsa Família e às políticas afirmativas (RIBEIRO; CARREIRÃO; BORBA, 2016; TELLES, 2016; BORGES; VIDIGAL, 2018; SAMUELS; ZUCCO, 2018).

Esta seria uma terceira hipótese:

- Entre os cidadãos brancos e com renda e escolaridade acima da média, a principal fonte de antipetismo seria a rejeição às políticas distributivas do PT.

Séculos de escravidão fomentaram na mentalidade do brasileiro típico a noção de que os brancos, descendentes de europeus, são superiores aos negros, descendentes de africanos. As vidas dos brancos são vistas como mais valiosas do que as dos negros, o que justificaria, em diversas circunstâncias, que os negros vivessem em função do bem-estar dos brancos. Um exemplo disso seria a existência de empregadas domésticas que, para garantirem o ócio da família branca, viviam praticamente sem direito a privacidade e proibidas de constituírem sua própria família. Entre os serviços prestados pelas empregadas domésticas, o mais importante pode ter sido, com seu servilismo e deferência, massagear de modo permanente o ego dos membros das famílias que serviam. A brutal desigualdade social no Brasil fazia com que os mais miseráveis, aqueles sem acesso ao mercado de trabalho

formal, não tivessem, na prática, qualquer poder de barganha e aceitassem trabalhar em troca do mínimo necessário à sobrevivência. Outro privilégio, de fato, da classe média branca era o acesso ao Ensino Superior, especialmente nas universidades públicas, que sempre foram as mais bem conceituadas. Esse contexto de privilégios levaria parte da população brasileira a se sentir superior:

Não se trata de intencionalidade. Nenhum brasileiro europeizado de classe média confessaria, em sua consciência, que considera seus compatriotas das classes baixas não europeizadas “subgente”. Grande parte dessas pessoas votam em partidos de esquerda e participam de campanhas contra a fome e coisas do gênero. A dimensão aqui é objetiva, subliminar, implícita e não transparente (SOUZA, 2004, p. 92).

Essa percepção que a elite tem da própria situação privilegiada como um direito natural à distinção já havia sido percebida por Reis (2000) ao analisar dados de um *survey* sobre cultura política da elite brasileira realizado em 1993-94 com 320 políticos, burocratas, líderes empresariais e líderes sindicais. Os entrevistados consideravam a baixa escolaridade dos brasileiros, a pobreza e a desigualdade social como problemas importantes a serem resolvidos. Eles eram favoráveis a investimentos em educação, mas eram contrários a políticas de redistribuição de renda e não pareciam se sentir responsáveis pela situação. Sua preocupação com a desigualdade social parecia ser mais reflexo de sensação de insegurança do que de empatia com os mais pobres:

Como explicar, então, que essas elites demonstrem grande sensibilidade aos problemas da pobreza e da desigualdade? Por que acreditariam que eles constituem problemas nacionais e ameaças à democracia? Outras respostas do survey sugerem com alguma clareza que a ameaça da desigualdade pesa sobretudo como uma ameaça à manutenção da ordem e da segurança pessoal (REIS, 2000, p. 149).

Scalon (2007, p. 132) aplicou um questionário a uma amostra de 2 mil brasileiros e, considerando elite os 10% dos entrevistados com renda mais elevada, percebeu que a “elite tendeu a conferir valores mais elevados para os salários das ocupações de maior prestígio, em comparação aos valores atribuídos a essas mesmas ocupações pelo povo”, o que é mais um indício da aceitação da desigualdade pela elite brasileira, apesar dos discursos em contrário.

O PT foi um dos responsáveis pela aprovação da lei que garantiu direitos trabalhistas às empregadas domésticas, pelo Programa Bolsa Família e pela instituição de uma política de cotas para garantir o ingresso de estudantes negros e provenientes de escolas públicas na universidade pública, além de várias outras políticas sociais implementadas entre 2003 e 2016. Tais políticas deram maior poder de barganha aos brasileiros mais pobres, incentivaram a permanência na escola dos filhos dessas pessoas e possibilitaram o ingresso de centenas de milhares de negros e pobres nas melhores universidades do país. O fato é que uma sociedade que há 5 séculos era organizada em função do bem-estar de sua elite

branca começava a dar passos tímidos em direção a uma configuração na qual todos os cidadãos seriam considerados igualmente valiosos. A situação da classe média branca brasileira piorou muito nos anos de governo do PT, não porque sua renda tenha caído (o que não ocorreu) ou porque o ingresso na universidade tenha se tornado mais difícil (o número de vagas nas universidades federais duplicou, o que compensa a política de cotas), mas porque uma enorme parcela da população brasileira começa a não se sentir inferior.

Portanto, uma quarta hipótese é:

- Eventos biográficos específicos são sentidos como perda de privilégios e levam o indivíduo a ter atitudes contrárias às políticas públicas que causaram esses eventos.

Em outras palavras, essa motivação do antipetismo seria visceral e não racional.

4. Dados e resultados

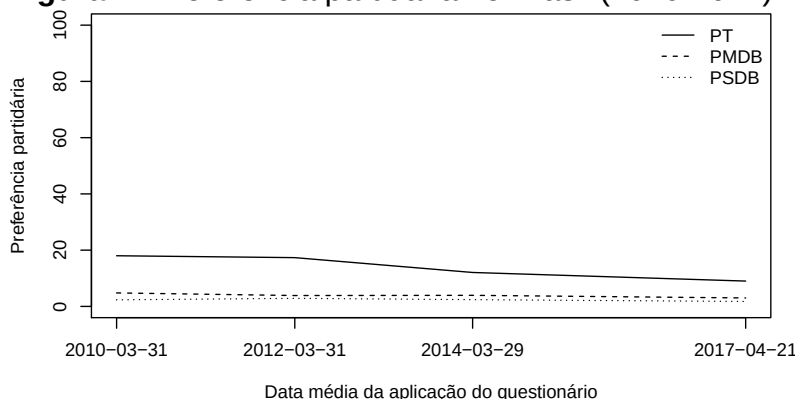
4.1 Preferência partidária de 2010 a 2017

Utilizo neste capítulo dados do Barômetro das Américas⁵ para testar as hipóteses apresentadas. Antes, porém, vejamos a evolução da preferência partidária manifestada pelos cidadãos brasileiros.

A preferência partidária sempre foi baixa no Brasil e caiu ainda mais no período de 2010 a 2017. A Figura 2 mostra o percentual de respondentes do Barômetro das Américas que à pergunta “com qual

partido o(a) sr(a). simpatiza?” responderam espontaneamente “PT”, “PMDB” ou “PSDB”. Nesse período, a preferência pelo PT passou de 18% para 9%; pelo PMDB, de 5% para 3%; e pelo PSDB permaneceu em 2%.

Figura 2. Preferência partidária no Brasil (2010-2017).



Fonte: Elaborada pelo autor.

4.2 Antipetista

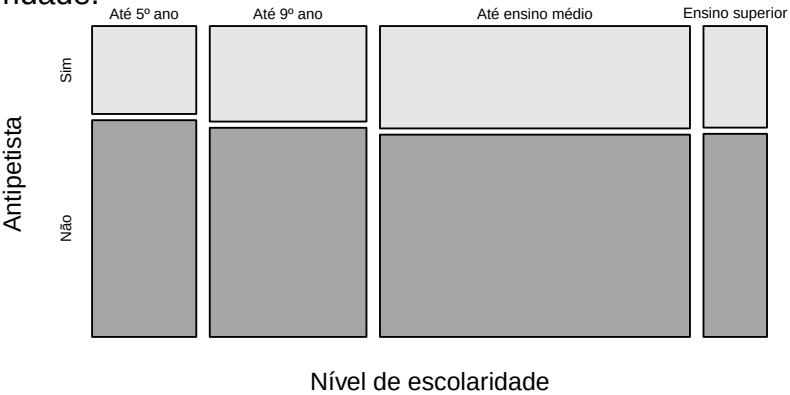
Para testar as hipóteses apresentadas se mostra necessária, em primeiro lugar, uma variável indicadora de atitude antipetista, e uma das perguntas do questionário do Barômetro das Américas, aplicado no Brasil em abril de 2017, pedia que o entrevistado atribuisse um valor de 1 a 10 a alguns grupos de pessoas, equivalendo 1 a “desgosto muito” e 10 a “gosto muito”. Um desses grupos era constituído por “petistas ou simpatizantes do PT” e, nesta pesquisa, considero “antipetistas” os 32% dos 1.532 respondentes que atribuíram valor 1 a esse grupo.

Em seguida, vemos o efeito de diversas variáveis sobre o antipetismo em um processo de busca de testes adequados para as hipóteses apresentadas.

4.3 Escolaridade

A escolaridade dos respondentes não se mostrou correlacionada com o antipetismo. Embora, como observamos na Figura 3, a proporção de antipetistas entre as pessoas com escolaridade alta seja levemente superior àquela entre as pessoas com escolaridade baixa, a diferença não é estatisticamente significativa ($p = 0,177$). Esse valor p resulta de uma análise de regressão logística, tendo o antipetismo como variável dependente e o nível de escolaridade (convertida em variável numérica) como variável independente. As estatísticas p relativas às figuras seguintes foram calculadas de modo semelhante. Por convenção, consideram-se estatisticamente significativas as correlações entre variáveis com $p < 0,05$. A Figura 3 é um gráfico mosaico, no qual a área dos retângulos é proporcional ao número de respondentes que têm as características indicadas nos rótulos dos eixos X e Y. As cores não têm qualquer significado e são usadas apenas para facilitar a visualização. Quando não há nenhuma correlação entre as variáveis, os espaços horizontais entre os retângulos são perfeitamente alinhados. O desalinhamento indica a existência de correlação.

Figura 3. Proporção de antipetistas segundo a escolaridade.

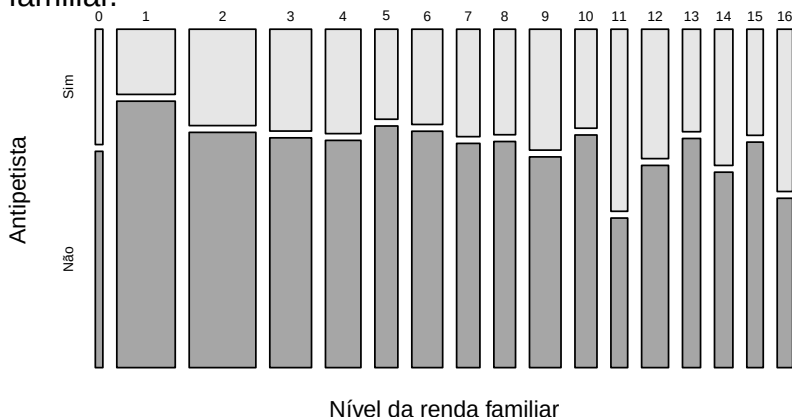


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.4 Renda

Os entrevistados foram perguntados sobre sua renda familiar e as respostas foram classificadas em 16 níveis de renda, sendo o primeiro nível “sem renda” e o último “acima de R\$ 6.700,00”. Como observamos na Figura 4, a renda se mostrou fortemente correlacionada com o antipetismo ($p = 0,000$).

Figura 4. Proporção de antipetistas segundo a renda familiar.

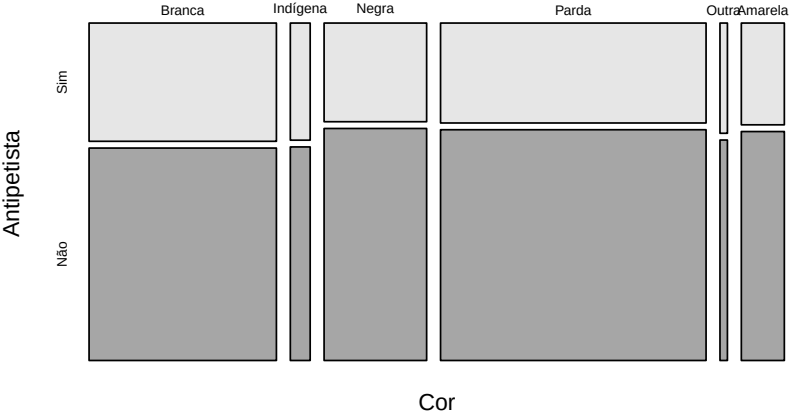


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.5 Cor

A cor dos respondentes se mostrou fracamente correlacionada com o antipetismo. Apenas ser da cor parda, no limite, tem efeito estatisticamente significativo – $p = 0,054$ (Figura 5). Recodificando a variável cor em apenas 2 categorias, “branca” e “não branca”, a significância estatística se torna um pouco mais alta ($p = 0,048$).

Figura 5. Proporção de antipetistas segundo a cor.

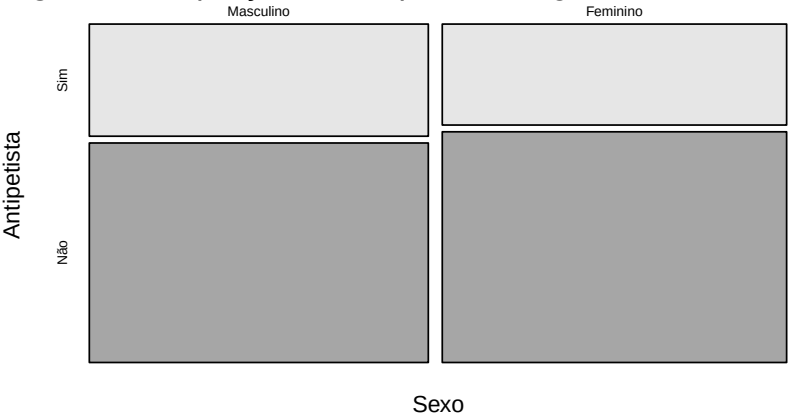


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.6 Sexo

O sexo dos respondentes não se mostrou estatisticamente significativo – $p = 0,157$ (Figura 6).

Figura 6. Proporção de antipetistas segundo o sexo.

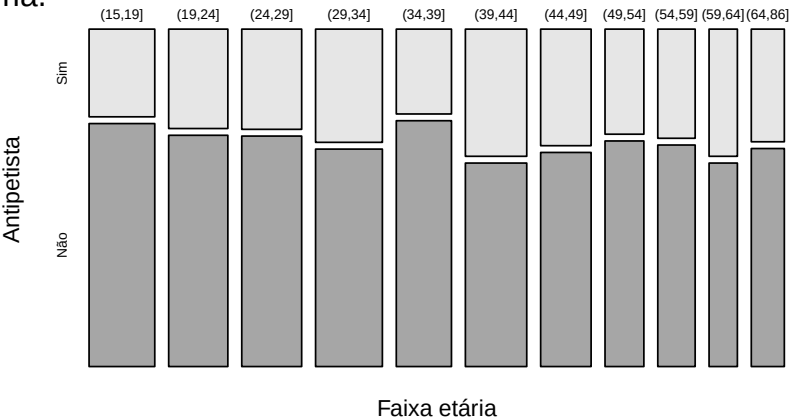


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.7 Idade

A idade do respondente tem correlação positiva com o antipetismo – $p = 0,040$ (Figura 7).

Figura 7. Proporção de antipetistas segundo a faixa etária.

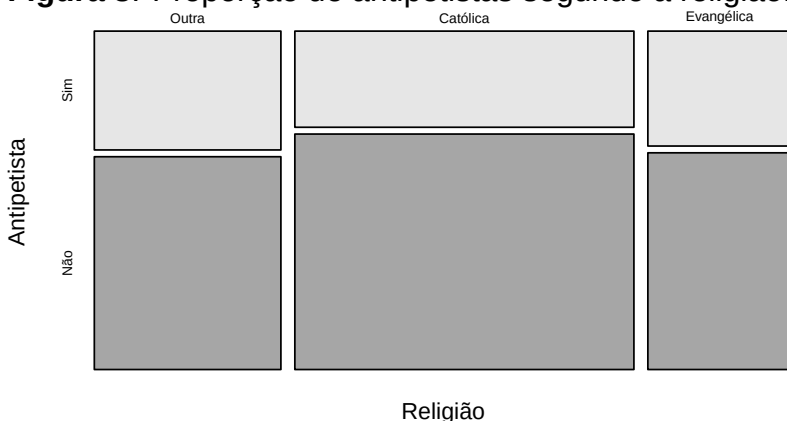


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.8 Religião e religiosidade

A religião do entrevistado tem efeito significativo sobre o antipetismo. Mais especificamente, ser católico diminui a probabilidade do entrevistado ser antipetista – $p = 0,015$ (Figura 8).

Figura 8. Proporção de antipetistas segundo a religião.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Duas perguntas do Barômetro das Américas possibilitam calcular um “índice de religiosidade”: a) “com que frequência o(a) sr(a). vai a missa ou culto religioso?”; e b) “[você] poderia me dizer quão importante é a religião na sua vida?”.

A primeira pergunta tinha 5 opções de resposta, de “quase nunca” a “mais de uma vez por semana”; a segunda pergunta tinha 4 opções, de “nenhuma importância” a “muito importante”. O índice de religiosidade foi calculado atribuindo valores numéricos inteiros às respostas e somando-os. Como observamos na Figura 9, a relação entre o índice e o antipetismo não é linear. A partir do nível 3 de religiosidade há uma brusca alteração na proporção de antipetistas. Ou seja, o mais relevante é se o entrevistado é religioso ou não, sendo pouco relevante se tal religiosidade é intensa ou branda.

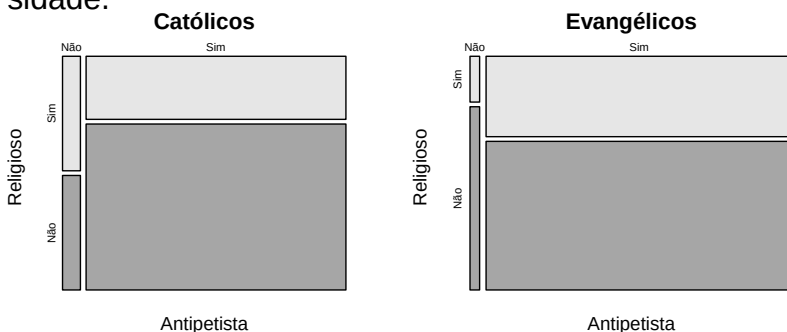
Figura 9. Proporção de antipetistas segundo o índice de religiosidade.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Porém, o mais interessante é observar o efeito da religiosidade quando em interação com a religião. Usando agora um indicador binário de religiosidade, considerando “não religiosos” os indivíduos com índice de religiosidade inferior a 3 e “religiosos” aqueles com índice igual ou maior do que 3, a Figura 10 mostra que, entre os católicos, aqueles que frequentam a Igreja e consideram Deus importante são menos antipetistas ($p = 0,001$), enquanto, entre os evangélicos os mais religiosos são mais antipetistas ($p = 0,334$). A correlação não é estatisticamente significativa para os evangélicos, talvez devido ao número muito pequeno de não religiosos entre eles.

Figura 10. Proporção de antipetistas segundo a religiosidade.



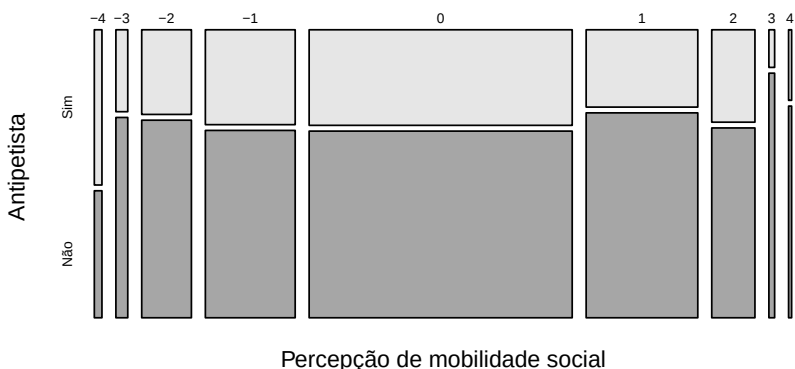
Fonte: Elaborada pelo autor.

4.9 Percepção de mobilidade social ascendente

Duas perguntas possibilitam avaliar a percepção do entrevistado da própria mobilidade social: a) “qual era a sua classe social há 8 anos?”; e b) “e, hoje, o(a) sr(a). se descreveria como pertencendo à classe...?”.

Tratando as duas variáveis como numéricas e subtraindo a primeira da segunda, obtém-se um valor numérico para a percepção da mobilidade social. Os valores positivos indicam percepção de mobilidade social ascendente e os negativos, descendente. Como observamos na Figura 11, o efeito da percepção da mobilidade social é ambíguo. Embora nos valores extremos o efeito seja o esperado, nos valores intermediários ele é o contrário do esperado, resultando em não significância estatística ($p = 0,127$).

Figura 11. Proporção de antipetistas segundo a percepção da mobilidade social.

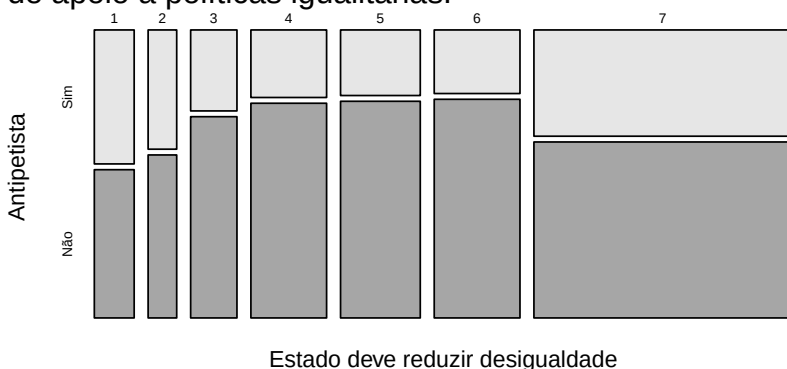


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.10 Apoio a políticas de redução da desigualdade social

Para avaliar o apoio a políticas de redução da desigualdade, utilizo as respostas à pergunta sobre até que ponto o entrevistado concordava com ou discordava da afirmação “o Estado brasileiro deve implementar políticas firmes para reduzir a desigualdade de renda entre ricos e pobres”. O entrevistado tinha de escolher um valor entre 1 (“discorda muito”) e 7 (“concorda muito”). Como observamos na Figura 12, o efeito do apoio a políticas de redução da desigualdade não é claro ($p = 0,848$). A proporção de antipetistas se reduz à medida que os respondentes são mais favoráveis a essas políticas, mas no nível máximo de apoio a proporção de antipetistas é uma das maiores.

Figura 12. Proporção de antipetistas segundo o nível de apoio a políticas igualitárias.

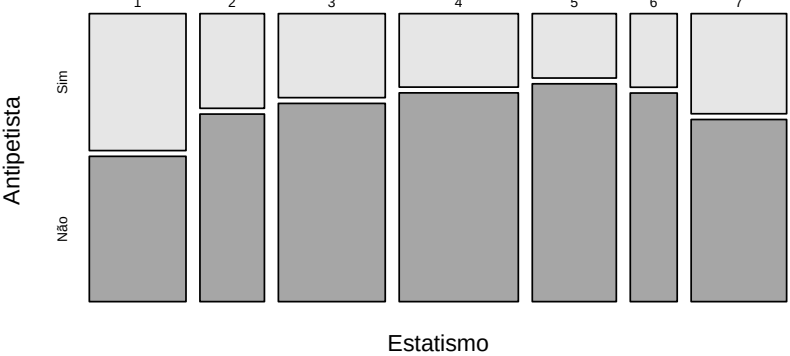


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.11 Estatismo

Aos entrevistados também foi solicitado que expressassem sua concordância com a frase “o Estado brasileiro, no lugar do setor privado, deveria ser dono das empresas e indústrias mais importantes do país”. O resultado foi semelhante ao obtido com a pergunta sobre o apoio a políticas de combate à desigualdade. A Figura 13 mostra que a proporção de antipetistas se reduz à medida que o estatismo aumenta, mas a proporção de antipetistas volta a crescer no nível máximo de antipetismo. Apesar disso, a correlação entre essas 2 variáveis é significativa ($p = 0,000$).

Figura 13. Proporção de antipetistas segundo o nível de estatismo.

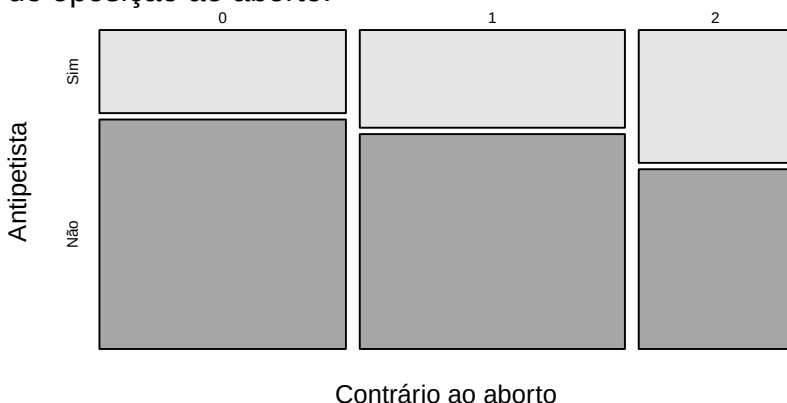


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.12 Aborto

O questionário do Barômetro das Américas aplicado no Brasil teve 2 questões sobre aborto: a) “o(a) sr(a). acredita que se justifica a interrupção da gravidez, ou seja, um aborto, quando a saúde da mãe está em perigo?”; e b) “em uma escala de 1 a 10, em que 1 equivale a ‘desgosta muito’ e 10 a ‘gosta muito’, que valor [você] atribui a pessoas que defendem a legalização do aborto?”. Usando essas duas variáveis e atribuindo 1 a quem tem atitude contrária à interrupção da gravidez em caso de risco à saúde da mãe e também a quem desgosta muito de quem defende a legalização do aborto, temos um “índice de oposição ao aborto” que varia de 0 a 2. A Figura 14 deixa claro que antipetistas são claramente mais contrários ao aborto do que não antipetistas ($p = 0,000$).

Figura 14. Proporção de antipetistas segundo o nível de oposição ao aborto.

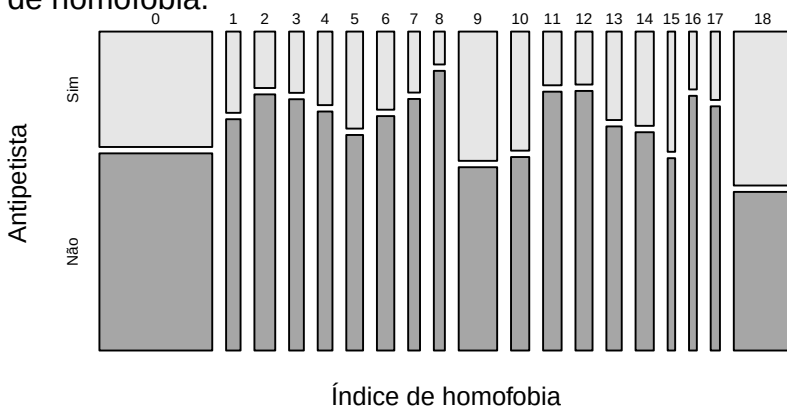


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.13 Homofobia

Duas questões sobre direitos de homossexuais possibilitam construir um “índice de homofobia”. Pediu-se aos entrevistados para escolherem valores de 1 (“desaprova fortemente”) a 10 (“aprova fortemente”) para 2 situações: a) “que os homossexuais possam se candidatar a cargos públicos”; e b) “que os homossexuais tenham o direito de se casar”. O “índice de homofobia” foi obtido pela soma dos valores invertidos e a Figura 15 mostra a relação entre esse índice e o antipetismo. O resultado não é claro: a correlação entre as 2 variáveis é positiva, mas fracamente significativa ($p = 0,048$) e os valores desse índice com maior proporção de antipetistas são os extremos e o intermediário. Isso pode estar relacionado com o fato de pessoas de baixa escolaridade terem dificuldade com escalas numéricas.⁶

Figura 15. Proporção de antipetistas segundo o índice de homofobia.

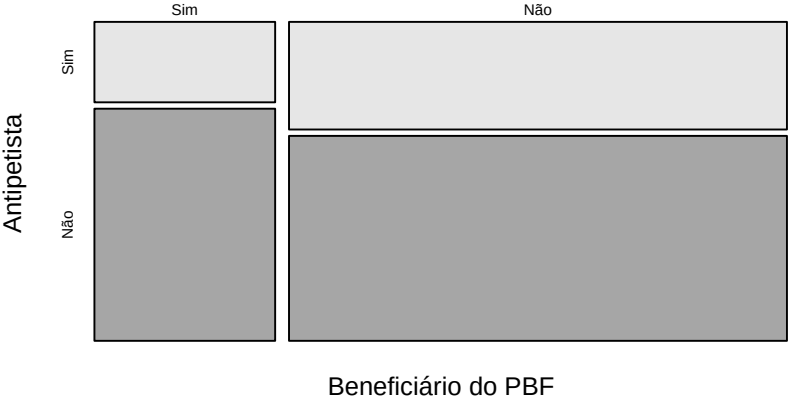


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.14 Programa Bolsa Família

O questionário continha duas perguntas sobre o Programa Bolsa Família: a) “o(a) sr(a). ou alguém em sua casa é beneficiário desse programa?”; e b) “o(a) sr(a). pensa que o governo deve ampliar a quantidade de famílias que recebem o Bolsa Família, manter como está, diminuir, ou acabar com [esse programa]?”. Dos respondentes, 27% afirmaram ser beneficiários desse programa. A Figura 16 mostra que a relação entre não receber o benefício e ser antipetista é significativa ($p = 0,001$).

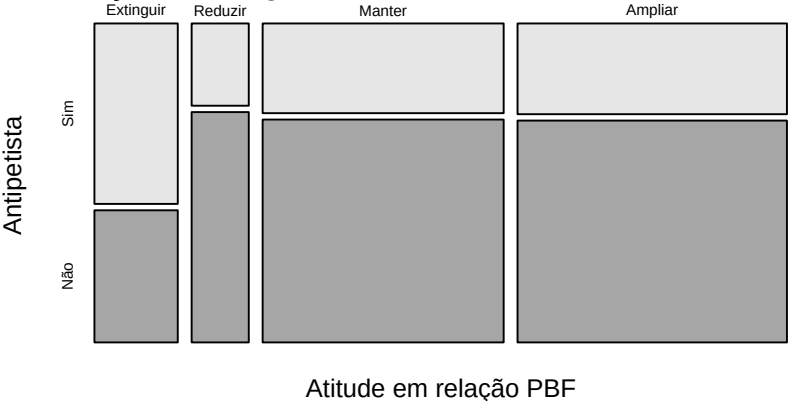
Figura 16. Proporção de antipetistas entre beneficiários e não beneficiários do Programa Bolsa Família.



Fonte: Elaborada pelo autor.

A Figura 17 mostra a associação existente entre atitude em relação ao Programa Bolsa Família e o antipetismo ($p = 0,000$). Claramente, essa relação não é linear. As atitudes de antipetistas e não antipetistas diverge claramente apenas em relação à necessidade de extinção desse programa.

Figura 17. Proporção de antipetistas segundo a atitude em relação ao Programa Bolsa Família.

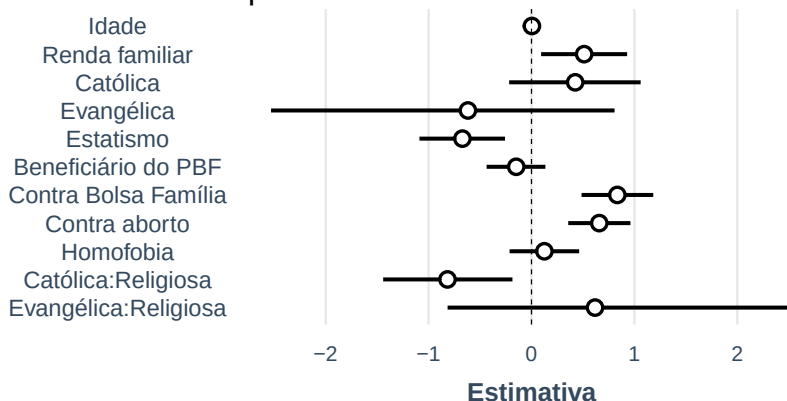


Fonte: Elaborada pelo autor.

4.15 Regressões

Até aqui, verificamos a relação de diversas variáveis com o antipetismo, mas sempre isoladamente, sem uso de controles, o que se mostra insuficiente para avaliar o efeito de uma variável sobre outra em uma realidade complexa como a social. Para fazer estimativas dos efeitos das variáveis quando controladas umas pelas outras, vejamos os resultados de análises de regressão múltipla. A Figura 18 mostra o resultado de uma análise de regressão logística que tem o indicador do respondente ser antipetista como variável dependente. As variáveis independentes incluídas no modelo são as que se mostraram significativas nas análises anteriores. A religião foi adicionada em interação com a variável indicadora do respondente ser religioso ou não. Cada círculo indica o valor da estimativa do efeito de uma variável e a linha horizontal que corta o círculo representa o intervalo de confiança da estimativa, ou seja, o efeito de uma variável sobre o antipetismo é positivo se o círculo estiver à direita do eixo vertical e negativo se estiver à esquerda; o efeito é considerado estatisticamente significativo se a linha horizontal não cortar o eixo vertical.

Figura 18. Análise de regressão logística: antipetismo como variável dependente.



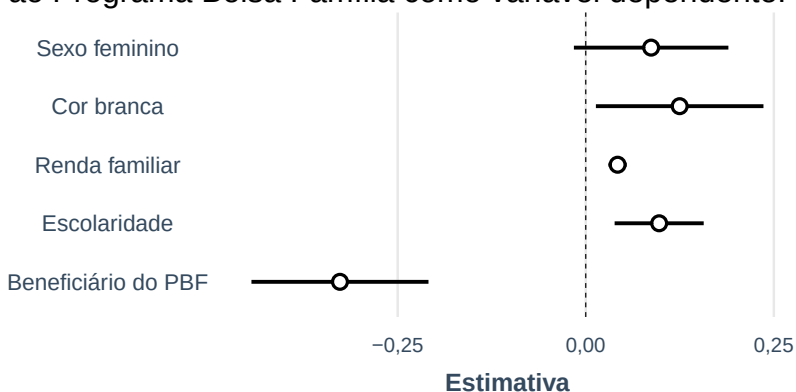
Fonte: Elaborada pelo autor.

A idade, a religião, a homofobia e até o fato de ser beneficiário(a) do Programa Bolsa Família não são variáveis com efeitos estatisticamente significativos quando controladas por outras variáveis. Ser contrário ao Programa Bolsa Família e ser contrário ao aborto foram as duas variáveis com efeito positivo sobre o antipetismo mais forte. A renda também teve efeito positivo e significativo, enquanto ser católico e religioso e ser favorável a um Estado maior tiveram efeitos negativos.

Entretanto, quais características sociodemográficas levam um entrevistado a ser contrário ao Programa Bolsa Família e ser contrário ao aborto? Como fica claro na Figura 19, os beneficiários do programa são fortemente favoráveis a ele, o que se evidencia pelo efeito negativo da variável sobre a atitude contrária ao Programa Bolsa Família. Além disso, a variável mais

inequivocamente correlacionada com uma atitude contrária ao Programa Bolsa Família, agora de modo positivo, é a renda (o erro padrão da estimativa é tão pequeno que sua linha ficou completamente sob o círculo), seguida da cor e da escolaridade. Pessoas de renda elevada, de cor branca e que cursaram o Ensino Superior são as mais contrárias ao programa.

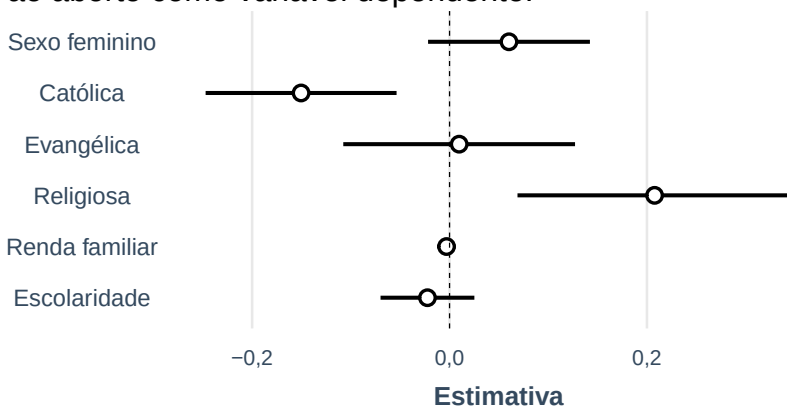
Figura 19. Análise de regressão logística: ser contrário ao Programa Bolsa Família como variável dependente.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Quanto à opinião contrária ao aborto, a única variável estatisticamente significativa foi a indicadora do entrevistado ser uma pessoa religiosa. As pessoas que mais frequentam a Igreja e aquelas que consideram Deus muito importante são as mais contrárias ao aborto (Figura 20).

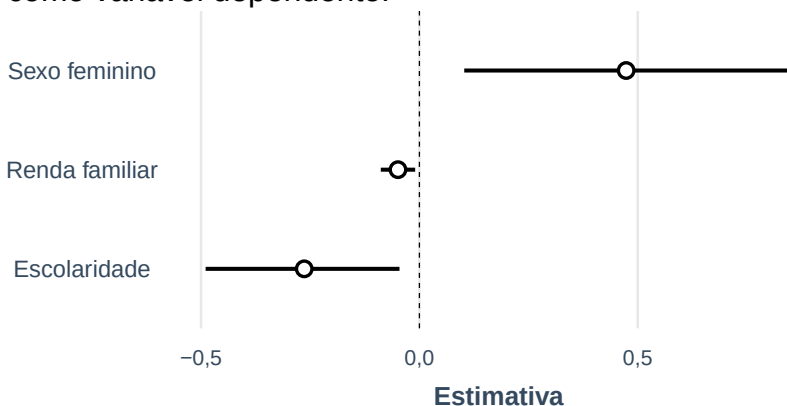
Figura 20. Análise de regressão logística: ser contrário ao aborto como variável dependente.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Por fim, para concluir nossa análise de dados, a Figura 21 mostra quais variáveis sociodemográficas explicam a religiosidade. Entre os entrevistados, as pessoas mais religiosas são as mulheres, as pessoas de escolaridade baixa e as pessoas de renda baixa.

Figura 21. Análise de regressão logística: ser religioso como variável dependente.



Fonte: Elaborada pelo autor.

4.16 Discussão dos resultados

A opinião contrária à manutenção do Programa Bolsa Família se mostrou a variável com efeito mais significativo sobre o antipetismo. Paralelamente, a opinião de que o Estado deve atuar para reduzir a desigualdade não se mostrou estatisticamente significativa por não ter relação suficientemente linear com o antipetismo. Ou seja, assim como na literatura revisada, os dados do Barômetro das Américas, de 2017, indicam que antipetistas e não antipetistas não são fundamentalmente diferentes quanto a atitudes abstratas sobre o valor da igualdade social, mas divergem profundamente quanto à manutenção de uma das principais políticas de redução das desigualdades implementadas pelos governos do PT. Minha hipótese explicativa para os antipetistas serem a favor da igualdade em termos abstratos e contrários a ela na prática é a de que tal inconsistência se origina em um ressentimento por perda de privilégios. O questionário do Barômetro das Américas não tem questões que possibilitariam avaliar diretamente a perda de privilégios (como deixar de ter empregada doméstica em casa ou ter perdido vaga na universidade pública devido à política de cotas). Mas as principais variáveis sociodemográficas explicativas da opinião contrária ao Programa Bolsa Família são a renda, a cor da pele e a escolaridade elevada. Ou seja, justamente as pessoas que em maior proporção perderam os privilégios mencionados são as mais contrárias ao Programa Bolsa Família. Em síntese, os resultados são consistentes

com a hipótese do ressentimento, embora o questionário não possibilite um teste robusto dessa hipótese.

O fato da segunda variável com efeito mais forte sobre o antipetismo ter sido a opinião contrária ao aborto serve como evidência direta de que o conservadorismo nos costumes é uma das fontes do antipetismo. Os resultados mostram, também, que esse conservadorismo está fortemente associado à religiosidade: os católicos e evangélicos que mais frequentam a Igreja e que mais consideram Deus importante em suas vidas são os mais conservadores.

Por fim, as pessoas mais religiosas são do sexo feminino e têm renda e escolaridade baixa, o que, além de ser consistente com a hipótese de que o conservadorismo é mais comum entre os mais pobres, talvez explique porque, como apontado na literatura, a preferência pelo PT é menor entre as mulheres.

Segue uma lista das hipóteses e dos resultados que as corroboram:

- Há pelo menos duas motivações distintas que alimentam o antipetismo: o ressentimento pela perda de privilégios e o conservadorismo nos costumes.
- Ser contrário ao Programa Bolsa Família e ser contrário ao aborto foram as duas variáveis com efeito mais significativo sobre o antipetismo.
- Entre os cidadãos com renda abaixo da média, que têm sido beneficiados pelas políticas sociais

do PT, a principal fonte de rejeição ao partido seria o conservadorismo nos costumes.

- As pessoas de baixa escolaridade e baixa renda são as mais religiosas e estas são as mais contrárias ao aborto.
- Entre os cidadãos brancos e com renda e escolaridade acima da média, a principal fonte de antipetismo seria a rejeição das políticas distributivas do PT.
- As pessoas brancas de renda alta e escolaridade altas são as mais contrárias ao Programa Bolsa Família.
- Eventos biográficos específicos são sentidos como perda de privilégios e levam o indivíduo a ter atitudes contrárias às políticas públicas que causaram esses eventos.
- Não foi possível testar essa hipótese diretamente, mas as pessoas brancas de renda alta são as que têm a maior probabilidade de ter tido e não ter mais empregada doméstica e de ter alguém na família que deixou de ingressar na universidade pública devido à política de cotas.

5. Conclusão

As evidências encontradas nesta pesquisa demonstram que entre as fontes do antipetismo estão o conservadorismo, medido pelo grau de oposição ao aborto, e uma oposição às políticas sociais im-

plementadas pelo PT, particularmente ao Programa Bolsa Família. As pessoas com maior conservadorismo são as mais religiosas, que, por sua vez, apresentam renda e escolaridade mais baixas. Portanto, o conservadorismo seria uma motivação importante para o antipetismo entre essas pessoas.

A literatura sobre antipetismo tem apontado o fato de que petistas e antipetistas não são significativamente diferentes quanto às opiniões que manifestam sobre democracia e mesmo sobre um ideal abstrato de igualdade. Entretanto, quando se trata de políticas redistributivas implementadas pelo PT no Governo Federal, as divergências são claras: petistas são favoráveis e antipetistas são contrários. A variável mais fortemente associada ao antipetismo é a atitude contrária ao Programa Bolsa Família por brancos de escolaridade e renda acima da média. Há vários indícios de que essa oposição ao Programa Bolsa Família se deve a um ressentimento por perda de privilégios decorrente de alguma(s) das políticas sociais implementadas pelos governos petistas. Conscientemente, essas pessoas proferem discursos favoráveis à redução da desigualdade social e a uma maior democratização do processo decisório no Brasil, mas, inconscientemente, prevalece o ódio ao partido que consideram culpado por sua perda de privilégios.

Para testar adequadamente a quarta hipótese, a de que o antipetismo da classe média branca é visceral e não racional, seria necessário correlacionar dados sobre eventos biográficos com o grau de antipetismo dos entrevistados. Minha hipótese é a de

que manifestarão sentimento significativamente mais antipetistas os indivíduos que perceberam redução de status com as políticas sociais do PT. Mais especificamente, espero encontrar valor mais elevado de antipetismo entre os respondentes que tiveram, mas já não têm mais, empregada doméstica em casa e aqueles que obtiveram ou conhecem alguém da família que obteve nota no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) superior à nota de corte para cotistas, mas abaixo da nota de corte dos não cotistas, e, conseqüentemente, falharam em sua tentativa de ingressar na universidade. Entretanto, desconheço pesquisa que tenha coletado os dois tipos de dados e, portanto, esse teste fica para um futuro estudo.

A classificação dos antipetistas apresentada neste capítulo não é completa. Não investiguei, por exemplo, o fato de alguns antipetistas manifestarem preferência por algum partido que não seja o PT (antipetistas ideológicos) ou, pelo contrário, rejeitarem todos os partidos (antipetistas antissistêmicos).

A análise dos dados também poderia ser mais completa e sofisticada. Por exemplo, poderiam ter sido usados termos de interação nas regressões, para tentar identificar as fontes de não linearidade nas relações de algumas variáveis com o antipetismo, e poderia ter sido desenvolvido um modelo de equações estruturais combinando todas as análises de regressão apresentadas.

REFERÊNCIAS

BORGES, A.; VIDIGAL, R. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 53-89, 2018.

FMI – Fundo Monetário Internacional. World Economic Outlook database, 2018. Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/01/weodata/download.aspx>. Acesso em: 25/09/2018.

FREITAS, F. C. O primeiro grande antagonismo entre PSDB e PT. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 547-595, 2018.

LAPOP - Latin American Public Opinion Project. The Americas-Barometer. Banco de dados, 2007-2017. Disponível em www.LapopSurveys.org. Acesso em: 08/04/2019.

OKADO, L. T. A.; RIBEIRO, E. A.; LAZARE, D. C. M. Partidarismo, ciclos de vida e socialização política no Brasil. **Pro-Posições**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 267-295, 2018.

PAIVA, D.; KRAUSE, S.; LAMEIRÃO, A. P. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 638-674, 2016.

PEIXOTO, V.; RENNÓ, L. Mobilidade social ascendente e voto: as eleições presidenciais de 2010 no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 304-332, 2011.

REIS, E. P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 143-152, 2000.

RENNÓ, L.; AMES, B. PT no purgatório: ambivalência eleitoral no primeiro turno das eleições presidenciais de 2010. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 1-25, 2014.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. **Opinião Pública**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 603-637, 2016.

SAMUELS, D. J.; ZUCCO, C. **Partisans, antipartisans, and non-partisans: voting behavior in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

SCALON, C. Justiça como igualdade? A percepção da elite e do povo brasileiro. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 9, n. 18, p. 126-149, 2007.

SOUZA, J. A gramática social da desigualdade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 79-96, 2004.

TELLES, H. A direita vai às ruas: o antipetismo, a corrupção e democracia nos protestos antigoverno. **Ponto e Vírgula**, São Paulo, n. 19, p. 97-125, 2016.

TERRON, S. L.; SOARES, G. A. D. As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio. **Opinião Pública**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 310-337, 2010.

NOTAS

2. Sou grato a Ednaldo Ribeiro, Natália Aguiar, Robert Bonifácio e Gabriel Casallecchi, pelos comentários a uma versão preliminar deste capítulo apresentada em 28/03/2019 no 5º Workshop de Comportamento Político, na Universidade Federal de Goiás (UFG), e a Joana D'arc da Silva, pela leitura do manuscrito original apresentado aos organizadores deste livro.
3. Entrevista concedida por Tasso Jereissati a Pedro Venceslau e publicada em 13/09/2018 em *O Estado de S. Paulo*.
4. A variável do PIB que utilizei foi a NGDPDPC, PIB per capita em preços atuais: o PIB é expresso em dólares norte-americanos atuais e dividido pelo total da população.
5. Sou grato a esse projeto por permitir o livre uso acadêmico de seus dados. Também agradeço ao Latin American Public Opinion Project (LAPOP, 2007-2017) e a seus financiadores mais importantes (United States Agency for International Development [USAID], United Nations Development Programme [UNDP], Inter-American Development Bank ([IDB]) e Vanderbilt University) por disponibilizarem os dados.
6. Sugiro aos leitores que examinem os questionários do Afrobarômetro, pois eles contêm exemplos de como substituir o uso de escalas por perguntas em dois estágios. Em várias perguntas, os entrevistados são primeiro perguntados se concordam com ou discordam de algo e, em seguida, se a concordância ou discordância é fraca ou forte. Ver <https://www.afrobarometer.org>.

Observação: por uma falha da editora, a versão original do livro, publicado como EPUB, não inclui as cinco notas desta página.